

**AUTOS N. 1349/2009**  
**AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**COMARCA DE LONDRINA**  
**8ª VARA CÍVEL**

**Vistos.**

Trata-se de ação de exibição de documentos proposta por **Durvalina de Jesus Clemente** em face de **HSBC Bank Brasil - Banco Múltiplo**, visando a compelir o réu a apresentar contrato de financiamento de veículo com garantia de alienação fiduciária celebrado entre as partes.

Juntou documentos (fls. 10-18).

O pedido de liminar foi deferido (fls. 20).

Citada, a ré contestou arguindo preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir. Argumenta que é a primeira vez que se depara com o pedido de exibição do contrato. Ante a falta de resistência à pretensão da autora, requer seja extinto o processo sem exame de mérito, ou, em caso de procedência, sejam os ônus da sucumbência debitados à parte autora (fls. 26-31).

O contrato foi exibido às fls. 34-35.

Com réplica (fls. 38-47), vieram conclusos os autos.

**Relatei. Decido.**

1. A preliminar de carência da ação deve ser afastada. O prévio esgotamento da via administrativa para obter cópia do documento cuja exibição é pedida constitui exigência que conflita com o princípio constitucional da universalidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV).

Rejeito a preliminar.

2. No mérito, procedente o pedido. Não há dúvida que a exibição do contrato firmado pela instituição financeira insere-se no rol dos deveres que os princípios da

transparência e da boa fé objetiva - expressamente adotados pelo CDC, art. 6º, III, e pelo Cód. Civil, art. 422 - lhe impõem. Irrelevante haja o banco depositário remetido ao autor cópia do contrato de alienação fiduciária em momento anterior: se este o perdeu, assiste-lhe o direito de requerer e obter segunda via.

3. Não obstante a solução de procedência, o princípio da causalidade impõe sejam os ônus de sucumbência carreados à parte autora. Com efeito, o banco requerido em momento algum foi provocado a entregar os documentos na via administrativa. Mais que isso: ao tomar conhecimento da pretensão exorbitante, o réu juntou a documentação solicitada com sua resposta, sem oferecer resistência de qualquer ordem.

Disso se conclui que quem deu causa à ação foi a parte autora. Deve, por isso, arcar com o pagamento das custas e honorários.

Nesse sentido a jurisprudência: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR. **EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**. CONTRATO BANCÁRIO. ENCARGOS SUCUMBENCIAIS. RESPONSABILIDADE. PRINCÍPIO DA **CAUSALIDADE**. AFERIÇÃO. FATORES CONSIDERADOS. SOLICITAÇÃO EXTRAJUDICIAL. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO. 1. É desnecessário prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de ação cautelar de **exibição de documentos**. 2. Consoante princípio da **causalidade**, aquele que deu causa ao ajuizamento da ação deve arcar com os ônus decorrentes da sucumbência. 3. A **causalidade**, em ação cautelar de **exibição de documentos**, deve ser examinada frente à existência de Apelação Cível nº. 657.249-2 prévia solicitação e recusa de **exibição dos documentos** na seara administrativa e de resistência ao pedido judicial, circunstâncias objetivas que determinam quem deu causa ao ajuizamento da ação. 4. Na hipótese em que não há prova acerca da solicitação e da recusa da instituição financeira de exibir os **documentos** na via extrajudicial, e o pedido é atendido, na via judicial, sem qualquer resistência, o autor é o responsável pelo pagamento das custas e despesas processuais, ante o princípio da **causalidade**. 5. Apelação conhecida e não provida

(Apelação Cível n. 657.249-2, 15ª Câmara Cível, rel. Des. Luis Carlos Gabardo, julg. 17.3.2010, recurso improvido).

4. Por derradeiro, mantenho a gratuidade judicial concedida à autora. O réu não ministrou prova capaz de desconstituir, pelo incidente próprio, a presunção de pobreza emergente da declaração de fls. 11.

Logo, não há elementos probatórios suficientes para revogar o benefício questionado.

5. Do exposto, com fundamento no art. 844, II, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para, convalidando a liminar deferida, reconhecer cumprida a obrigação de exhibir documentos.

Pela sucumbência (princípio da causalidade), arcará a parte autora com a integralidade das custas e despesas processuais, bem como com a verba honorária devida ao patrono do banco, que arbitro equitativamente em R\$ 400,00 (CPC, art. 20, § 4º). Tais verbas somente lhe poderão ser exigidas observada a restrição dos arts. 11 e 12 da Lei n. 1.060/1950.

P.R.I.

Londrina, 17 de junho de 2010.

**Marcos José Vieira**

**Juiz de Direito**